

## The new information paradigm and elections PT (Portuguese)

[00:00:18] Bem-vindo ao curso online, aberto e massivo sobre Informação e Eleições na Era Digital. Este curso é organizado pelo Centro Knight para o Jornalismo nas Américas com o apoio do PNUD e da UNESCO. Estou muito feliz que você esteja aqui hoje. Meu nome é Albertina Piterbarg e sou especialista eleitoral na UNESCO e a instrutora principal deste curso. Hoje vamos começar com o módulo 1. Neste primeiro modelo, abordaremos a questão das eleições e o novo paradigma da informação. Também analisaremos como a nova era digital, incluindo Internet, mídia social, inteligência artificial, máquina de aprendizado e big data afetam os processos eleitorais. Aprenderemos sobre a abordagem do ciclo eleitoral e falaremos sobre como e por que os direitos humanos, a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa são fundamentais para as democracias. E quais são os principais padrões internacionais que se aplicam a esses direitos? Finalmente, abordaremos a importância crítica da abordagem dos direitos humanos à inteligência artificial. Vamos ver a inteligência artificial e o novo paradigma da informação. A democracia exige eleições livres, periódicas, transparentes e inclusivas. A liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e o direito à participação política também são fundamentais para as sociedades regidas pelo respeito dos direitos humanos. No ambiente digital de hoje, temos oportunidades ilimitadas de comunicação entre cidadãos, políticos e partidos políticos, instituições democráticas e órgãos eleitorais. No entanto, com milhões de seres humanos conectados e muitos interesses e agendas diferentes envolvidos, também há grandes possibilidades de conteúdo odioso, desinformação e misinformation circularem amplamente, o que coloca em risco processos e instituições democráticas. Estima-se que haja 4,2 bilhões de eleitores elegíveis, e mais de 50% da população mundial está conectada. Isso significa que provavelmente todos esses bilhões de eleitores estão conectados às redes sociais em todos os lugares em suas vidas cotidianas. E o impacto da inteligência artificial, do aprendizado de máquina e big data pode afetar intencionalmente ou não-intencionalmente de forma negativa e prejudicar os processos eleitorais em todo o mundo. Os eleitores podem ser manipulados por meio de um forte conteúdo emocional, por vezes compartilhado de boa fé e são enganado sobre líderes políticos e instituições. Mas antes de continuar. O que exatamente é inteligência artificial? Bem, não existe uma definição universalmente aceita de inteligência artificial. A Comissão Mundial de Ética do Conhecimento Científico e Tecnologia da UNESCO, a descreve como uma máquina capaz de imitar certas funcionalidades da inteligência humana, incluindo características como percepção, aprendizagem, raciocínio, resolução de problemas, interação linguística e até mesmo produzir trabalho criativo. Na pesquisa atual de inteligência artificial. É o aspecto da racionalidade que se considera que uma máquina seja classificada como inteligente. Racionalidade refere-se à capacidade da máquina de perceber, coletar e interpretar dados. Máquinas podem ter a capacidade de aplicar o raciocínio e decidir sobre a melhor forma de reagir sem intervenção humana. A inteligência artificial e o aprendizado de máquina têm a capacidade, graças aos algoritmos, de realizar tarefas que antes só podiam ser feitas por seres humanos. Mas o que são algoritmos? Algoritmos são simplesmente um conjunto de regras que especificam como resolver um problema específico. A inteligência artificial é capaz de se reunir muito mais dados graças aos algoritmos. Algoritmos muito complexos, é claro. E chamamos esse fenômeno de big data. Os novos conjuntos de dados se uniram graças à inteligência artificial. Há tanta informação que o suporte tradicional não pode gerenciá-las com dispositivos conectados, como smartphones, carros autônomos e a grande quantidade e complexidade dos dados que estão ao nosso redor. Esse problema de big data está crescendo exponencialmente e seu impacto acontece também nas eleições. A inteligência artificial e o aprendizado de máquina também podem beneficiar as instituições democráticas, envolvendo-se com os eleitores e ajudando-os a estarem mais bem

informados. A inteligência artificial tem o potencial de fortalecer o jornalismo independente, a campanha política e os processos eleitorais em geral. Algoritmos podem ter um impacto positivo quando usados para reduzir ou remover conteúdo odioso. Ao analisar o comportamento online dos eleitores, a segmentação de campanhas de educação eleitoral pode atingir um público-alvo, aumentando seu impacto. O mesmo funciona para a prevenção de conflitos ou para defender os direitos das mulheres à participação política. Tudo poderia ser melhor com inteligência artificial e algoritmos trabalhando a nosso favor. Mas inteligência artificial, big data e aprendizado de máquina também podem ser usados em detrimento dos eleitores e das instituições democráticas em geral. Um dos principais aspectos problemáticos da inteligência artificial e das eleições é que os algoritmos têm o potencial de reproduzir e reforçar os vieses existentes exacerbando a discriminação, o preconceito e um estereótipo. A inteligência artificial pode aumentar as tensões entre a liberdade de expressão, o papel do jornalismo, as mídias sociais e os processos eleitorais. As plataformas podem optar por aumentar o tráfego para privilegiar certos algoritmos sobre outros. Por exemplo, e, infelizmente, algoritmos que priorizam as trocas mais controversas geralmente são aqueles que têm mais engajamento, e isso significa mais tráfego e, portanto, tornam as plataformas mais atraentes para os negócios. O uso de algoritmos por empresas privadas, é praticamente inacessível a governos democráticos e regulamentado, mas apenas parcialmente. E uma vez que os algoritmos estão nas mãos de atores privados com os quais chegamos a acordos para proteger a democracia e os mecanismos eleitorais, o diálogo com essas empresas e terceiros é essencial para o desenvolvimento de eleições e instituições democráticas. Portanto, a compreensão é dinâmica, é fundamental para os órgãos de gerenciamento eleitoral, para os profissionais eleitorais e para todos os envolvidos, incluindo governos, porque é importante salvaguardar a integridade dos processos eleitorais, bem como o papel das notícias e da mídia ao longo dos ciclos eleitorais. Portanto, há três questões que precisam ser abordadas para salvaguardar a integridade das eleições democráticas. Um, como dissemos, é desinformação e misinformation online. A outra é a dimensão digital da segurança de todos os atores envolvidos. E o terceiro ponto é que práticas de interrupção em campanhas eleitorais e comunicações podem eventualmente se tornar uma ameaça real para as instituições eleitorais. Todas essas questões estão de alguma forma interconectadas e nós as abordaremos em profundidade nos próximos módulos. Mas, como você pode ver neste gráfico, o jornalismo está sob fogo e as informações sob ataque e a integridade eleitoral em risco. Todos esses elementos fazem parte, todos esses elementos estão interconectados e não podemos dizer que estamos atacando uma parte da equação e que a outra equação estará ok. Precisamos enfrentar tudo e encontrar soluções certas e respostas viáveis para fortalecer o processo democrático, nesse contexto. Mas, para entender melhor como integrar soluções, é importante abordarmos o modelo metodológico de como abordar as eleições em geral. As eleições são processos extremamente complexos que envolvem milhares e até milhões de eleitores. Existem sistemas eleitorais diferentes, mas a periodicidade das eleições democráticas segue sempre o mesmo caminho. A cada novo processo eleitoral e eles se parecem, digamos, com as estações do ano, um segue o outro. Componentes eleitorais, as partes interessadas não estão sozinhas, eles são todos interdependentes. E, portanto, a quebra de um, afeta o outro. O ciclo eleitoral é basicamente organizado em três períodos que se sucedem. Um pré-eleitoral que inclui todo o planejamento, o orçamento, a preparação para a logística da informação e o processo de registro eleitoral, entre outros. Esta fase é seguida pelo período eleitoral, que implica a nomeação dos candidatos votação da campanha política, localização, votação do dia da votação e contagem de votos, o cálculo e anúncio dos resultados. O período pós-eleitoral também às vezes chamado de período eleitoral inteiro, inclui as auditorias e avaliações, as revisões do quadro legal eleitoral, incluindo regulamentos de processo e fortalecimento

institucional e capacitação. Existem questões transversais muito críticas que passam por todos os três períodos do ciclo eleitoral. Como por exemplo, a participação das mulheres em todas as etapas do ciclo, bem como a inclusão para mulheres ou grupos ou a segurança de todos os atores envolvidos. A abordagem cíclica é um instrumento fundamental para facilitar a compreensão da interdependência das diferentes atividades eleitorais e ajuda os profissionais, órgãos nacionais e funcionários eleitorais a pensar e planejar com antecedência, em vez de reagir a cada evento eleitoral como acontece. Vamos dar uma olhada no tema dos direitos humanos nas eleições na era digital após uma pequena pausa. Vejo você em 5 minutos. Bem-vindo de volta. Então, estávamos falando sobre como o novo paradigma da informação afeta as eleições. Mas é claro, isso não afeta apenas o processo eleitoral das instituições democráticas, este novo paradigma tem um impacto profundo em todos os aspectos de nossas vidas e às vezes também nos próprios direitos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos reconhece que todos têm o direito de participar do governo de seu país diretamente ou por meio de representantes livremente escolhidos. Os marcos normativos internacionais também destacam o princípio de não discriminação e direitos iguais para todos, não importa o sexo, gênero, religião, origens da nacionalidade, etc. Instrumentos internacionais de direitos humanos protegem direitos inter-relacionados cruciais para processos eleitorais transparentes e democráticos. Por exemplo, o direito de participar de eleições implica outros direitos, como o direito à liberdade de opinião e expressão, liberdade de associação, direito à reunião pacífica e direito à privacidade. E o mais importante, de acordo com os padrões internacionais, todos os direitos que os indivíduos desfrutam, todos offline, também se aplicam online. Esses direitos e princípios são protegidos pela Carta da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas e pelo Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Os direitos mais relevantes relativos aos processos eleitorais estão consagrados no Artigo 21 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Artigo 25 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. A delegação do estado para respeitar e proteger a liberdade de expressão é um componente central de eleições livres e justas. Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, afirma que todos têm direito à liberdade de opinião e expressão, e esse direito inclui a liberdade de manter opiniões sem interferência e buscar e receber informações e ideias importantes através de qualquer mídia e independentemente das fronteiras. O direito de acesso à informação também é muito importante para o papel dos meios de comunicação nas democracias e o público precisa estar muito bem informado para tomar decisões. O artigo 12 da Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que ninguém será submetido a interferências arbitrárias em sua privacidade, família, casa ou correspondência, nem ataques à sua própria reputação. Todos têm direito à proteção da lei contra tais interferências e ataques. Mas, como já mencionamos, o novo paradigma da informação pode desafiar o direito à privacidade, transformando nossas informações pessoais em uma mercadoria. Então, vamos dar uma olhada mais de perto nesses desafios. Assédio, trollagem, campanhas e intimidação poluíram partes da Internet e representam ameaças offline muito reais. Todas as formas de discurso de ódio, como insultos, intimidação e cyberbullying online, podem levar a ataques reais de guerra, assédio, violência e assassinato, até mesmo para alegar genocídio e limpeza étnica. Por outro lado, a reação exagerada dos reguladores sob a desculpa de combater o ódio e o extremismo também está se tornando uma questão crítica de direitos humanos. Muitos países estão limitando o que as pessoas podem acessar online, restringindo o acesso à informação, liberdade de expressão e atividade política. Os desligamentos da Internet parecem ter se tornado uma ferramenta para sufocar debates e protestos legítimos. Existem muitas estruturas e diretrizes, mas são implementadas de forma desigual e nenhuma delas é verdadeiramente global. A inteligência artificial é global, e é por isso que precisamos de um instrumento global para regulá-la. Em novembro de 2021, as recomendações da ética

da Inteligência Artificial foram adotadas pela conferência geral da UNESCO e sua 41ª sessão por todos os Estados Membros. Este é o primeiro instrumento de padrões globais sobre a ética da inteligência artificial resultante de uma consulta estendida com várias partes interessadas para chegar a um acordo sobre uma política concreta e um conjunto de ações para recomendações. Isto reforça que precisamos de um centro humano para a inteligência artificial que seja útil para o maior interesse das pessoas, e não o contrário. Os cinco objetivos das recomendações foram. Primeiro, fornecer uma estrutura universal para valores, princípios e ações para orientar os estados na formulação das legislações, políticas e outros instrumentos relativos à inteligência artificial. Sempre consistente com o direito internacional, é claro. O segundo objetivo foi orientar a ação de indivíduos, grupos, comunidades, instituições e empresas do setor privado para garantir a incorporação da ética em todas as etapas do ciclo de vida do sistema de inteligência artificial. Sua capacidade de proteger, promover e respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais, a dignidade humana e a igualdade, incluindo a igualdade de gênero, para salvaguardar os interesses das gerações presentes e futuras, para preservar o meio ambiente, a biodiversidade e os ecossistemas, e respeitar a diversidade cultural em todas as etapas do ciclo de vida dos sistemas de inteligência artificial. O quarto objetivo é de promover o diálogo multissetorial, multidisciplinar e pluralista e a construção de consensos sobre questões éticas. E o último, é de promover o acesso equitativo ao desenvolvimento e ao conhecimento no campo da inteligência artificial. Então, precisamos de inteligência artificial comprometida em respeitar e promover direitos universais, incluindo instituições democráticas e processos eleitorais. A inteligência artificial já está em nossas vidas, ela detecta nossas escolhas, muitas vezes de maneiras que podem ser prejudiciais. Existem alguns bastidores legislativos em todo o setor que precisam ser preenchidos rapidamente. O primeiro passo é chegar a um acordo sobre exatamente quais valores precisam ser consagrados e quais regras precisam ser aplicadas. Vamos fazer uma breve recapitulação do que vimos juntos hoje no módulo um. Durante este módulo, aprendemos sobre como a nova era digital afeta os processos eleitorais. O que são inteligência artificial e algoritmos e big data. Também examinamos a abordagem do ciclo eleitoral, onde vimos que esta metodologia é uma ferramenta-chave para abordar os problemas que afetam as eleições e para buscar soluções, particularmente devido aos desafios apresentados por esta nova era digital. Falamos sobre como e por que os direitos humanos, a liberdade de expressão e a liberdade são fundamentais para as democracias e quais são os principais padrões internacionais relacionados. E, finalmente, abordamos as recomendações sobre ética da inteligência artificial adotadas pela conferência geral da UNESCO de 2021. Na próxima semana no módulo dois, abordaremos por que não devemos usar o termo "fake news". Aprenderemos as definições de desinformação e malinformation e quais são os diferentes elementos-chave dessas dinâmicas. Vamos dar uma olhada nos motivadores humanos por trás do conteúdo enganoso, discurso de ódio e seu impacto nos processos eleitorais. Veremos também a importância de prevenir a violência eleitoral, a violência de gênero e a violência contra o jornalismo. Muito obrigado. Vejo você na próxima semana. Tchau.